



DISTRITO FEDERAL

Defesa dos direitos dos vigilantes: avanços na garantia do Plano de Saúde



Tivemos uma reunião importante com o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Swedenberger Nascimento Barbosa, para tratar de um tema que defendemos há anos: o direito dos vigilantes terceirizados ao plano de saúde.

Essa é uma luta antiga, que já havíamos conquistado, mas que foi perdida durante o governo do Capitão Capioto, que retirou dos trabalhadores diversos direitos, incluindo o plano de saúde.

A boa notícia é o compromisso do Ministério em cumprir as recomendações do Decreto Nº

12.174, de 11 de setembro de 2024, assinado pelo Presidente Lula, que estabelece as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Seguiremos atentos e cobrando que os direitos desses trabalhadores sejam respeitados, conforme estabelecido no decreto de Lula, em todos os órgãos institucionais. Exigimos condições dignas de trabalho.

FONTE: ASSESSORIA GAB.CHICO VIGILANTE

VEPER COMETE COVARDIA CONTRA TRABALHADORES



Os vigilantes da Veper que prestam serviços no Complexo de Energias Boaventura, o antigo Comperj, estão sendo obrigados a realizar a retirada do uniforme e/ou entregar atestados médicos na filial da empresa no município do Rio de Janeiro durante os dias de folga. A medida traz prejuízos financeiros para o trabalhador.

O Sindicato acredita que a empresa tem condições de enviar um carro até o posto de trabalho para entregar os uniformes. Há o entendimento, também, que os atestados podem ser entregues no próprio posto de serviço ao retornar ao trabalho.

“Todas essas irregularidades já foram comunicadas a Petrobras, que nos escuta, mas não toma nenhuma atitude firme contra

a empresa. Sempre é bom lembrar que, há quatro meses, a Veper decidiu suspender o recolhimento do Benefício Social, trazendo prejuízos para os próprios funcionários. O mais absurdo é que a Petrobras não se posiciona!”, declara Cláudio Vigilante.

O Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões seguirá denunciando as irregularidades da Veper até que a Petrobras adote um posicionamento e faça cumprir a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que está em vigor, e o Estatuto da Vigilância Privada, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE NITERÓI/RJ

DINHEIRO NA CONTA DO TRABALHADOR



Após uma longa batalha travada pelo Sindivigilante Sergipe em defesa dos direitos dos empregados da empresa de vigilância S.V.N Segurança, que prestam serviços para contratos da Secretaria Municipal da Educação de Aracaju - Semed, no dia de hoje, 05/02/25, os trabalhadores nos informaram que os salários atrasados referente ao mês de dezembro/24 e a segunda parcela do 13º salário foram depositados nas contas desses profissionais.

Porém, a luta ainda não acabou! A referida empresa permanece com algumas pendências junto aos seus empregados, como por exemplo o ticket alimentação.

Os trabalhadores lotados em postos de serviços da Secretaria de Estado da Educação - Seduc, nos informaram também que receberam seus proventos.

Tudo isso foi possível graças as lutas que o nosso sindicato vem travando ao longo dos últimos anos, e à confiança dos trabalhadores depositada a essa gestão que luta incansavelmente pelos direitos dos trabalhadores da nossa base.

Queremos aproveitar a oportunidade para agradecer também ao parlamentar por Sergipe, o deputado Federal Thiago de Joaldo, por ter se sensibilizado com a dor e o sofrimento desses trabalhadores.

Quem não luta pelos seus direitos, não é digno deles.

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

ATENÇÃO, VIGILANTES! PRAZO FINAL:

17/02/2025



O Sindicato convoca os Vigilantes listados abaixo para comparecerem com URGÊNCIA e apresentarem seus dados bancários.

Processo CJF e PMV

Número: 0001734-81.2014.5.17.0006

Prazo final da Justiça: 17/02/2025

Não perca o prazo! Traga seus dados bancários o quanto antes!

Para mais informações, entre em contato com o Sindicato.

ABIMAEL MORAES

ADÃO MARTINS DA SILVA

ADELSON SILVA FILHO

ADEMIR OLINDINO

ADERLAN CABRAL DA SILVA

ADMILSON DA SILVA SANTANA

ADRIANA SANTOS GOMES

ADRIANO GOMES ANDRADE

ADRIANO REZENDE ROAS

ADRIANO SOUZA DE JESUS

ADRIENE DOS ANJOS

AERIELSON FRANÇA ADAO

AGNALDO FIGUEIREDO DOS SANTOS

AILTON SOARES DO NASCIMENTO

ALACI FRANCISCO DA PENHA

ALAIN DELON OLIVEIRA DE JESUS

ALAIR ROSA DE SOUZA

ALBERTO LEONARDO DE SOUZA

ALESSANDRO DAMAS

ALESSANDRO FINOTIO NUNES

ALESSANDRO PEREIRA

ALTEMAR FILOMENO COELHO

ANDERSON DA SILVA PEREIRA

ANDERSON DOS SANTOS

ANDERSON FERNANDES MORAES

ANDERSON PEREIRA DOS SANTOS

ANDERSON SILVA BRITO

ANDRE LUIZ VASCONCELOS DAS NEVES

ANDRE VIEIRA DE OLIVEIRA

ANDREIA DE CASTRO REIS

ANDREW ROBSON DA SILVA RIBEIRO

ANGELO GALTER HENRIQUE

ANGELO ROBERTO COUTO

ANGELO VINICIUS DA SILVA MOLEDO

ANTONIO ADIMAR ANACLETO DA SILVA

ANTONIO CARLOS DE SOUZA CIRILO

ANTONIO CARLOS VELOSO

ANTONIO LEMOS BATISTA

ANTONIO MARCOS MEDEIROS SANTOS

ANTONIO RAMOS DE OLIVEIRA

ARILDO JOSE SARMENTO

ARILSON DA SILVA GALDINO

ARNALDO GIL DE AMORIM

ASCENDINO CONCEIÇÃO DA SILVA

AVEDIS VIANA MONTEIRO SALGADO

BRAITENER LUIZ DO CARMO ALVES

BRUNO DE OLINDO DOS SANTOS

BRUNO DOS SANTOS BOTELHO

BRUNO PEROBA

BRUNO SANTOS BORGES

FONTE: SINDSEG GV/ES- Vanessa Matheucci

Segurança pública terá destaque na agenda do Senado em 2025



Otto Alencar é cotado para assumir a Presidência da CCJ

Edilson Rodrigues/Agência Senado

A segurança pública será uma das áreas que terão destaque na agenda de trabalhos do Senado em 2025. O senador Otto Alencar (PSD-BA), que pode assumir a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) este ano, comentou como exemplo a chamada PEC da Segurança Pública, que constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Elaborada pelo Poder Executivo, a PEC altera a Constituição nos artigos que tratam das competências da União, privativas ou em comum com os estados, municípios e Distrito Federal, e muda o Art. 144, sobre os órgãos que cuidam da segurança pública em todo o país.

— Isso começa lá pela Câmara, mas chegando

ao Senado vamos estudar, talvez modificar, melhorar o texto. Dentro do conteúdo dela já foram mudadas algumas coisas para atender aos governadores que questionaram muito a perda da autoridade. Diante disso, eu creio que é importante para o Brasil essa interação entre as polícias do governo federal, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, com as polícias estaduais e também com os ministérios públicos dos estados — afirmou Otto Alencar.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou à TV Senado nesta semana que a PEC tem por objetivo criar maior cooperação entre as forças de segurança da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

— É preciso que nós tenhamos uma coordenação no entrosamento dessas forças todas para dar um combate eficiente ao crime organizado. Eu tenho grande esperança que o Congresso Nacional compreenda a importância dessa iniciativa, que é uma iniciativa que tem tudo a ver com o federalismo cooperativo que nós vivemos hoje no Brasil — disse Lewandowski.

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) é autor de dezenas de projetos de lei e PECs relacionados à área da segurança pública.

— Uma cidade segura, a sociedade segura ela fica mais motivada para trabalho, mais empresas vão investir, então começa a cair o número de desemprego, há a melhoria da condição humana. A gente focou bastante na questão da segurança para que o Brasil não tenha mais aquela sensação da impunidade e que a criminalidade realmente entenda que aqui está se tornando um outro país e que não vai ter mais espaço para a criminalidade — afirmou Marcos do Val à TV Senado.

Armas de guerra e fronteiras

Cotado para a Presidência da Comissão de Segurança Pública (CSP), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) publicou na internet um vídeo que mostra criminosos cariocas atirando com armas de grosso calibre em direção a policiais.

“Isso é uma cena de guerra, mas não é em um país distante. É no nosso quintal e infelizmente a lei ainda protege bandido que anda com arma de guerra e atira em policial. É isso que precisamos mudar para as coisas começarem a melhorar”, afirmou Flávio Bolsonaro.

Também pela internet, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) pediu apoio à sua proposta de emenda à Constituição que busca garantir mais recursos para o Ministério da Defesa.

A PEC 55/2023 prevê investimento mínimo no planejamento e na execução de projetos estratégicos para a defesa nacional. A proposta estabelece que, a cada ano, seja empregado o equivalente a 2% do produto interno bruto (PIB) em ações e serviços a cargo do Ministério da Defesa. Ele apresentou um vídeo do governo do Rio de Janeiro que mostra centenas de armas de grande porte contrabandeadas pelas fronteiras do Brasil e apreendidas com criminosos.

“Hora de cobrar responsabilidade de quem é responsável. Cada qual nas suas competências de forma integrada. O governo federal é omissor nas fronteiras. As forças armadas perdem orçamento a cada ano e por isso propus a PEC 55 para garantir o mínimo de responsabilidade e investimento para que possamos cobrar maior rigor nas fronteiras. O Rio não fabrica armas. Se fuzis entram aqui é porque estão deixando nas fronteiras”, escreveu Portinho.

Projetos

Entre os projetos e propostas sobre segurança pública que tramitam no Senado está o PLP 209/2023, de Marcos do Val, sobre prevenção e combate à violência no campo. O projeto aguarda escolha de relator na CSP.

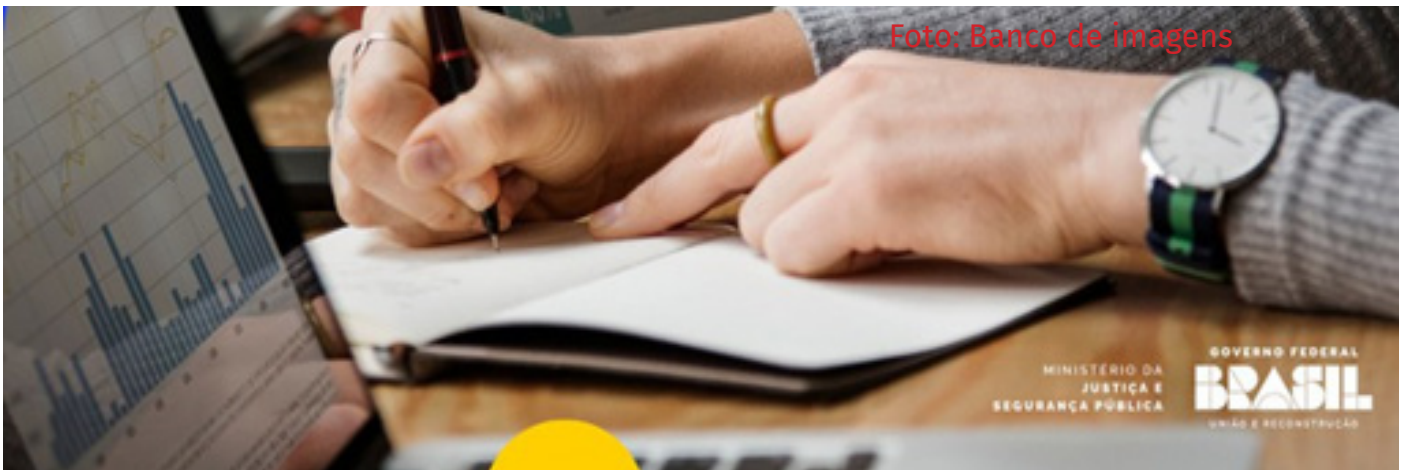
Já o PL 4.637/2024, do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), cria lei orgânica nacional das polícias penais. A matéria aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PL 2.799/2024, por sua vez, inclui as mulheres indígenas e as mulheres de povos e comunidades tradicionais nos planos de metas de enfrentamento à violência doméstica. A proposta, da senadora Damare Alves (Republicanos-DF), já foi aprovada na CSP e aguarda análise da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Fonte: Agência Senado

Pesquisa para Guardas Municipais tem prazo prorrogado para 7 de março

Os dados coletados servirão de base para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à implementação de estratégias mais eficazes de prevenção à violência e à criminalidade



O prazo para os municípios participarem da Pesquisa Diagnóstico Nacional das Guardas Municipais foi prorrogado para 7 de março. Os resultados do levantamento vão contribuir para o planejamento de políticas públicas voltadas à corporação e ao fortalecimento de estratégias de prevenção à violência e à criminalidade. As informações coletadas também servirão como base para a produção de estudos e oferecerão suporte aos gestores públicos.

No primeiro momento, o pré-cadastro deve ser feito por representantes dos municípios. Após essa etapa, serão enviados um novo link e uma senha para que os comandantes participem da segunda fase do diagnóstico. O levantamento é promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Universidade Federal de Viçosa.

A diretora do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), da Senasp, Isabel Figueiredo, destaca a importância da participação ativa dos municípios no levantamento. “A adesão dos gestores é essencial para mapear os desafios enfrentados pelas Guardas Municipais e identificar soluções que aprimorem suas capacidades operacionais e administrativas”, afirma.

A pesquisa tem papel estratégico na consolidação de políticas públicas e é uma oportunidade de conhecer a realidade dessa corporação. “Com base nas informações coletadas, poderemos estruturar ações mais assertivas e baseadas em evidências, contribuindo para o fortalecimento da segurança pública nos municípios brasileiros”, destaca a diretora.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) de 2023, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 5.570 municípios brasileiros, 1.322 têm Guarda Municipal.

FONTE: MJSP

Itaú continua fechando agências

Redução no número de agências prejudica atendimento à população e sobrecarrega funcionários



Representantes sindicais dos empregados do Itaú se reuniram nesta quarta-feira (5) com o banco para falar sobre diversos problemas que afetam os trabalhadores. Foram duas reuniões seguidas, a primeira do Grupo de Trabalho de Saúde do Itaú, composto por representantes dos funcionários e do banco, e a segunda de negociação entre a Comissão de Organização dos Empregados (COE) e o Itaú.

“Ficou claro que o projeto do banco é continuar fechando agências, deixando a população sem atendimento e aumentando a sobrecarga de trabalho nas agências que permanecem abertas”, disse a coordenadora da COE, Valeska Pincovai. Para ela, a redução do número de postos de trabalho não se justifica frente ao grande lucro que o banco vem obtendo ano após ano.

O Itaú fechou 227 agências em 2024. O número supera a média de fechamento de agência de anos anteriores (em média 200 por ano nos últimos anos). Com relação aos postos de trabalho, segundo o banco, no ano passado Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Anibal Bispo

foram contratadas 10.193 pessoas e demitidas 7.721.

Após questionamento da COE, o banco informou que o fechamento de agências interferiu no cotidiano de trabalho de 2.052 funcionários, sendo que 75,7% deste contingente foram realocados para outras unidades ou áreas de trabalho do banco. O programa de realocação e requalificação de funcionários é uma conquista da Campanha Nacional dos Bancários.

“Questionamos o critério para o fechamento de agências e o banco respondeu que é devido à baixa rentabilidade. Ou seja, é um total descompromisso com a responsabilidade social que todo banco deve ter com o fornecimento dos serviços bancários para a população brasileira”, disse Valeska, ao lembrar que os bancos funcionam sob concessão pública e devem manter os serviços de pagamento e recebimento, se responsabilizar pela segurança dos recursos financeiros dos clientes e com a oferta de crédito para o desenvolvimento do país.

Para Valeska, a alegação de baixa rentabilidade não se justifica. “O banco ainda não divulgou o resultado final de 2024, mas nos nove primeiros meses do ano obteve lucro líquido recorrente gerencial de R\$ 30,518 bilhões, 16,4% maior se comparado ao obtido no mesmo período do ano anterior”, lembrou a dirigente sindical.

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF